

Invasões no Plano Piloto em debate

Durante três dias, comunidade, comerciantes e governo vão buscar soluções para ocupações irregulares

Luís Cláudio Cicci
de Brasília

A ocupação irregular de áreas públicas nas quadras comerciais do Plano Piloto, o mais freqüente desrespeito ao projeto urbanístico de Brasília, está sob atenção. O assunto é tema de um relatório que demandou um ano de trabalho e dá motivo para três dias de debates, hoje, amanhã e na próxima segunda-feira. A intenção é, a partir das constatações do estudo, buscar uma proposta de padronização que satisfaça comerciantes, representantes da comunidade e do governo e obedeça às regras de preservação da cidade.

Técnicos do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (Depha-DF), da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), sob a coordenação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), acompanharam, durante um ano, os efeitos das ocupações irregulares de áreas públicas em 15 quadras comerciais de Brasília. A freqüência dos transtornos para motoristas, moradores, comerciantes e clientes orientou a escolha desses endereços.

Conforme o relatório, na Asa Sul, a área invadida é igual a 43,6% das construções. Nas Comerciais Locais Norte, de uso mais recente, esse número chega aos 10,9%. Em todo Plano Piloto, as ocupações irregulares de áreas públicas são 54.460 metros quadrados, representam 22,12% dos prédios erguidos, ou o equivalente a mais de sete campos de futebol. Por enquanto, o uso desse espaço não obedece regras por ser alheio ao



Evandro Matheus/Arquivo

As ocupações no Plano Piloto são uma preocupação até de organismos internacionais de preservação

controle do poder público e não tem fundamento legal.

O estudo técnico sugere medidas para a regularização das invasões e avalia as consequências futuras. Quatro hipóteses consideram a padronização das ocupações irregulares em 3, 4, 5 ou 6 metros de distância a partir da área legal. Conforme o documento, qualquer avanço da área comercial na direção das superquadras vai aumentar o incômodo dos moradores, implicar o remanejamento das redes subterrâneas e resultar numa demanda maior por estacionamento.

Para o avanço linear de 3 metros nas lojas das quadras comerciais do Plano Piloto, os técnicos recomendam a criação de 52 vagas para automóveis em cada quadra. Se o padrão da distância a ser ocupada dobra, che-

ga aos 6 metros, o espaço para o estacionamento teria que aumentar 138%, o que implicaria nova área para 124 veículos. O relatório informa que, dos clientes que chegam às lojas das CLN e CLS, 58% usam carros, 34% caminham e 8% dependem de ônibus.

Convivência

Qualquer que seja a solução, vai exigir a convivência dos representantes dos moradores e disposição dos empresários e dos governantes para investir. A intenção com os debates é a busca de um consenso que seja condizente com a preservação do patrimônio histórico e cultural da humanidade. "Desde que haja retorno, estamos dispostos a gastar", adianta o presidente da

Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), Carlos Magno de Melo.

Mesmo o escasso espaço para os veículos nas quadras comerciais, problema já presente e que depende de solução complexa, parece ter solução. "Falta vaga porque a permanência é alta, problema que seria resolvido com a cobrança pelo tempo", diz Melo. "Estacionamentos adicionais, que seriam um equipamento público e teriam que ser construídos pelo governo, poderiam ficar nas pontas das quadras ou atrás das lojas."

(lclaudio@gazetamercantil.com.br)

SERVIÇO

Debate sobre Invasão no Comércio Local. Hoje, amanhã e no dia 16, às 19h, no auditório da Fecomércio (SCS, Quadra 6, Edifício Federação do Comércio). A partição é aberta ao público no terceiro dia.